



Florianópolis, v. 11, n.1, jan./jul. 2018.



Universidade Federal de Santa Catarina  
 Centro de Ciências da Educação  
 PET/PEDAGOGIA  
 Núcleo ERER – Educação das Relações Étnico-Raciais



## Editorial

Cara leitora e caro leitor,

**V**ivemos tempos duros no Brasil, tempo em que os direitos conquistados precisam ser, a todo o momento, salvaguardados para que não sejam colocados na berlinda. No que diz respeito às Relações Étnico-Raciais, muitos avanços se efetivaram nos últimos anos: as cotas raciais nas universidades; a Lei no 10.639, de janeiro de 2003, que criou a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana no currículo brasileiro; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004), entre tantas outras políticas afirmativas que contribuem para um país menos racista, quiçá antirracista. Assim, que sigamos em frente!

O primeiro número do Abiodum de 2018 traz como foco a formação continuada realizada durante nove meses junto a professores de Língua Portuguesa do Ensino Médio do Estado de Santa Catarina, que teve como foco de discussão a Literatura Afro-brasileira. Acompanha, também, a entrevista com o Professor Eduardo Assis Duarte, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que discute o conceito de Literatura Afro-brasileira e esteve conosco na formação, bem como uma homenagem a Luiz Gama, um dos escritores estudados.

Desejamos uma boa leitura!

**Conselho Editorial:** Débora Cristina Araújo (UFES), Eliane Debus (UFSC), Etelvino Guila (Universidade de Maputo/Moçambique), Joana Célia dos Passos (UFSC), Maria Aparecida Rita Moreira (Rede Estadual de Educação/UFSC), Paulo Vinícius Baptista da Silva (UFPR)

**Conselho Executivo:** Eliane Debus, Juliana Zimmermann, Shandi Sant'ana, Suelen Amorim, Tatiana Valentin Mina Bernades, Tatiane Mendes Serafim, Zâmbia Osório

**Colaboradoras:** Eliane Debus, Juliana Zimmermann, Shandi Sant'ana; Suelen Amorim, Tatiane Mendes Serafim, Maria Aparecida Rita Moreira, Zâmbia Osório

**Tutora PET/Pedagogia:** Eliane Debus

**Professora Colaboradora PET/Pedagogia:** Maria Herminia Lage Laffin e Jilvania Bazzo

**Revisão Textual:** Ana Carolina Ostetto

**Projeto Gráfico e Diagramação:** Andrei Cavalheiro

**Endereço:** Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Reitor João David Ferreira Lima, s/n Trindade, Florianópolis-SC, 88040-900

# Onde se narra uma história de formação: a literatura afro-brasileira no Ensino Médio

**Maria Aparecida Rita Moreira**  
Secretaria Estadual de Educação

**Eliane Debus**  
UFSC

**Zâmbia Osório**  
PPGE/UFSC

**A** formação continuada “O ensino da literatura afro-brasileira no Ensino Médio: Projeto de formação continuada para professores de Língua Portuguesa da região da Grande Florianópolis”, que traz já na sua denominação o tema e o público-alvo a ser atingido, nasce em 2016 a partir de uma solicitação de parceria com a Coordenadoria Regional da Grande Florianópolis da Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina, que buscava trazer aos professores os conteúdos da área de Letras, em particular a Literatura, a partir da inserção da história e cultura africana e afro-brasileira, efetivando-se, assim, no ano de 2017.



Coordenado pela professora doutora Eliane Santana Dias Debus, tendo como ministrantes a mesma professora, em conjunto com a professora doutora Maria Aparecida Rita Moreira e professora mestranda Zâmbia Osório (PPGE/UFSC), participando ativamente como pesquisadoras integrantes da proposta

as acadêmicas do Programa de Educação Tutoria (PET) Pedagogia (UFSC) Juliana Zimmermann, Tatiane Serafim, Shandi Sant’Ana e Suellen Ferreira.



A formação foi registrada na forma de projeto de extensão no Departamento de Metodologia de Ensino (MEN), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com a Coordenadoria Regional da Grande Florianópolis – conforme reunião realizada em 15 de fevereiro de 2017 –, e ocorreu no período de março a novembro de 2017, por meio de encontros mensais de quatro horas no período matutino, totalizando 36 horas de encontros presenciais, mais 10 horas mensais para leituras e ações pedagógicas orientadas a distância (90 horas). Desse modo, a formação teve uma carga horária total de 126 horas.

O conteúdo programático elencou textos teóricos, literários e estratégias metodológicas diversificadas, tais como documentários, músicas, jornais, propiciando ao professor/a cursista de Língua Portuguesa do Ensino Médio subsídios para a inclusão da literatura afro-brasileira no espaço de sala de aula.

Na parceria estabelecida com a coordenadoria, coube-lhe a chamada e acompanhamento da participação de 35 professores e o

fornecimento de cópias de textos para execução do projeto; e ao Departamento de Metodologia de Ensino da UFSC, a efetivação da formação: coordenação da formação (duas doutoras, uma mestrande e quatro bolsistas de graduação); espaço físico; equipamentos, como data show, computador, quadro branco, caixa de som; material de papelaria – pincel atômico, blocos de anotação, papel cartão, papel A4, entre outros.

Quando do início do curso, fomos informadas que o número, 35 participantes, não havia sido preenchido, esse fato fez com que abríssimos cinco (5) vagas para estudantes das fases finais do curso de Letras da mesma universidade. Assim, o curso iniciou com 32 participantes, sendo 30 professores/as da rede pública estadual e duas alunas da graduação do curso de Letras. Ao final da formação, o número de participantes foi de 17 professores/as da rede pública estadual (56%) e 1 estudante da graduação (50%), totalizando 18 participantes, ou seja, 56,25% do público que iniciou a formação.

O curso teve por objetivos: 1) oportunizar aos professores participantes conhecimentos acerca do espaço geográfico, do tempo histórico, dos contextos sociais e políticos e das interações sociais, oriundos da cultura afro-brasileira; 2) promover a ampliação do discurso verbal e textual referente às questões que abrangem a história e a cultura afro-brasileira; 3) estudar os conceitos de negritude, negrismo, literatura negra, mito da democracia racial; 4) ampliar as discussões sobre o ensino da literatura no Ensino Médio; e 5) ler e analisar as obras dos escritores afro-brasileiros Maria Firmina dos Reis e Luiz Gama, como representantes do Romantismo.

Para uma melhor compreensão de como o curso foi realizado, sintetizamos o mesmo em três etapas:

- Etapa 1 - observação de como os/as professores/as trabalham a literatura no espaço de sala de aula, tendo por base os textos de Cyana Leahy-Dios (2001, 2004) e Ivanda Martins Silva (2006);

- Etapa 2 - ampliação do discurso verbal e textual referente às questões que abrangem a história e a cultura afro-brasileira, em diálogo com os/as professores/as cursistas;

- Etapa 3 - a recepção da Literatura Afro-brasileira pelos/as professores/as.

Na Etapa 1, os/as professores/as cursistas receberam o texto de Ivanda Martins Silva (2006) e foram orientados/as a pensar sua prática pedagógica. A leitura do texto teve por objetivo verificar se os/as professores/as estão atentos/as ao papel da leitura de textos literários como mecanismo de discussão da sociedade e de interação com os/as leitores/as. No debate sobre as ideias apresentadas pelo texto houve um impasse no qual alguns professores/as cursistas se mostraram contrários às ideias da autora. O texto de Silva (2006, p. 517) traz uma nova perspectiva para a leitura literária no espaço escolar, lembrando que no Ensino Médio a leitura assume um papel social que se desprende das escolas literárias, podendo ser pensada como “uma janela para o mundo”.

Na Etapa 2 foi realizada uma dinâmica com intuito de introduzir a discussão sobre a temática étnico-racial, fundamental para a identificação de uma Literatura Afro-brasileira. Durante o desenvolvimento da dinâmica foi possível perceber níveis diferenciados de compreensão sobre os processos que geram o racismo.

Durante o curso, procuramos esclarecer que existe uma exaltação da democracia racial brasileira nos diferentes discursos midiáticos. Desse modo, aproveitamos para conversar sobre o mito da democracia racial, os ideais de embranquecimento, a miscigenação e seus efeitos, a partir de textos de Edward Telles (2003), Kabengele Munanga (2004), entre outros.

A Etapa 3 teve como ponto de partida o texto *Por um conceito de literatura afro-brasileira*, de Eduardo de Assis Duarte (2010), que apresenta a Literatura Afro-brasileira como um conceito em construção e aponta cinco identificadores constitutivos dessa literatura: temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público.

Nessa perspectiva, caminhamos para diferenciar a literatura negrista, que carrega em si estereótipos que impedem o reconhecimento do/a negro/a como protagonista, da literatura negra (afro-brasileira), que o empodera, e que, empoderado, ele toma para si suas dores,

suas conquistas e reclama seu lugar de protagonista.

Na sequência, apresentamos aos cursistas a escritora Maria Firmina do Reis e o escritor Luiz Gama, que desencadeou uma atividade que foi aplicada nas escolas dos professores cursistas. Faz-se necessário lembrar que a aplicação dessa atividade fazia parte da proposta inicial do curso.

Na avaliação realizada ao final do curso, percebemos que mesmos/as cursistas que já possuíam uma leitura sobre Literatura Afro-brasileira ficaram mais atentos aos estereótipos relacionados aos negros. Constatamos, também, uma abertura para a inserção da Literatura Afro-brasileira no conteúdo a ser ministrado em sala de aula e, principalmente, com algumas ressalvas, notamos que as atividades oportunizaram o debate sobre o racismo entre professor/a e alunos/as e entre os/as alunos/as.



## Referências

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. *Terceira Margem: Revista de Pós-Graduação em Ciência da Literatura*, Rio de Janeiro, n. 23, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.lettras.ufrj.br/ciencialit/>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

LEAHY-DIOS, Cyana. *Língua e literatura: uma questão de educação?* Campinas: Papyrus, 2001.

LEAHY-DIOS, Cyana. *Educação Literária como Metáfora Social*. São Paulo: Martins fontes, 2004.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil Identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. (Coleção cultura e identidade brasileira).

SILVA, Ivanda Maria Martins. *Interação texto-leitor na escola: dialogando com os contos de Gilvan Lemos*. 2003. 264f. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp111940.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva*. Tradução de Ana Arruda Callado, Nadjeda Rodrigues Marques e Camila Olsen. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2003.

# Diálogo com as/os professoras/es cursistas

**Maria Aparecida Rita Moreira**  
Secretaria Estadual de Educação

**Tatiane Serafim**  
Bolsista PET/Pedagogia - UFSC

Neste espaço pretendemos apresentar algumas reflexões a partir das falas das/os professoras/es cursistas do curso de formação continuada “O ensino da literatura afro-brasileira no Ensino Médio: Projeto de formação continuada para professores de Língua Portu-

guesa da região da Grande Florianópolis”.

Durante o desenvolvimento da formação, muitos foram os momentos de troca de experiências, esclarecimento de dúvidas, aprofundamento teórico e das práticas educativas.

A partir do objetivo já apresentado, resolvemos separar as percepções das/os cursistas em três tópicos: o primeiro apresenta como os estudantes das/os professoras/es cursistas percebem a Educação para as Relações Étnico-Racial (ERER); o segundo, como

as/os próprias/os cursistas veem a relação entre currículo e ERER; e o terceiro, traz alguns resultados sobre a inserção da ERER ao final da formação continuada, realizada a partir da leitura dos resultados de um questionário de avaliação.

Na captura de dados relacionados ao primeiro tópico, apresentamos o depoimento da Professora A:

*Eu me lembro de uma coisa, eu lecionava aula em uma escola pública e na particular e eu inseri esse dia, não só o 20 de novembro, 13 de maio, em um contexto geral eu coloquei essa questão da diversidade racial e na escola particular tinha alguns negros e eles trouxeram para mim a questão, que era eu que tava colocando a diferença e que não havia isso e, inclusive um dos alunos que era negro disse "Ah professora eu nunca tive esse problema" outro "A senhora que está trazendo esse problema porque aqui a gente se dá tudo bem", então trazer todo um aspecto que como se fosse, como eu estou em uma relação com os meus colegas eu sou aceito é como se eu não me visse, não é, como se não visse todo um registro, então foi muito difícil. Em comparação com a escola pública, eles já tinham uma questão já clara que isso existia, mas eles traziam para a questão afetiva "Ah não, mas se bater no meu amigo que é negão eu dou um soco" o aluno branco falando né, então quer dizer de qualquer forma eles não têm entendimento, eles não registram essa discriminação no dia a dia deles, foi projetado um padrão do brasileiro que somos simpáticos, somos alegres, somos felizes, né [...].*

A escola é construída em meio às afirmações da ausência de preconceitos de raça no Brasil, que, nas palavras de Florestan Fernandes, João Baptista Borges Pereira e Oracy

Nogueira (2006, p. 173), "surgiu no Brasil uma espécie de preconceito reativo: o preconceito contra o preconceito de ter preconceito". Essa compreensão de existir preconceito no país seria ultrajante, assim todos os esforços se concentraram em opor-se a ideia de que existe preconceito racial.

Desse modo, projeta-se nos diversos âmbitos da sociedade a resistência em assumir a discriminação racial que desenvolve certas consequências, principalmente no período de formação dos indivíduos, como relatado pela fala da Professora A, que retrata a negação do racismo por parte de seus alunos.

Durante o curso, procuramos esclarecer que existe uma exaltação da democracia racial brasileira nos diferentes discursos midiáticos. Assim, em conversa com as/os professoras/es refletimos que o que se observa entre os jovens do Ensino Médio se relaciona a essa ideia de convivência harmônica, implícita no pensamento de democracia racial que compromete a visibilidade do racismo nas escolas brasileiras e no país. Por outro lado, Cordeiro e Buedgens (2012), em pesquisa realizada, na qual solicitam que alunos de Ensino Médio cite preconceitos existentes em seu espaço escolar, verificaram que o preconceito racial ganhou destaque, sendo, dentre os tipos apresentados, o que mais citado. Isso reforça a fala da Professora A quando se refere à escola pública.

Da mesma maneira, o GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra, em texto datado de 19 de março de 2017, menciona que a escola é uma instituição que é produzida e reproduz relações racistas em seu projeto pedagógico: ela "determina que as crianças negras estabeleçam uma relação de negação de sua identidade racial, estabelece um ideal de ego branco e inalcançável, viola os direitos das crianças negras e impacta o desenvolvimento de seu potencial" (GELEDÉS, 2017).

Como segundo tópico, gostaríamos de ressaltar a inserção da Educação para a Relação Étnico-Racial (ERER) no currículo da Educação Básica. Nesse sentido, apresentamos as falas das cursistas B e C:

*Hoje eu não tenho como inserir por que ainda não tenho esta bagagem e um domínio para debater sobre isto com os alunos. E eu tenho esta dificuldade ainda e como já foi dito, infelizmente nossa cultura traz isto e a gente tem esta defasagem. Estou sendo sincera quando eu digo que agora ainda não tenho como fazer isto. (Professora B).*

*Uma pergunta que me faço é por que eu não tive esta formação no currículo em minha vida. A Lei é de 2003 e na universidade não lembro e será que agora alguém fala sobre isso? A questão da discriminação a gente trabalha por conta da vivência, mas os autores em si é uma coisa que eu não tinha conhecimento. E ninguém indica um autor tal, é a gente que tem de correr atrás. (Professora C).*

A Professora B confessou não ter condições de trabalhar EREER por falta de conhecimento e a Professora C afirmou não ter sido apresentada à Literatura Afro-brasileira, o que pode demonstrar o descomprometimento da instituição frequentada pela cursista com a Lei no 10.639 (BRASIL, 2003) e suas Diretrizes, uma vez que a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana afirma em seu artigo 1º, parágrafo 1º, que:

*As instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Etnicorraciais, bem como o tratamento de questões temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004. (BRASIL, 2004b).*

Soma-se a isso o fato do referido parecer, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, incluir a Educação Superior entre os níveis de educação que deverão providenciar “registro da história não contada dos negros brasileiros”; “identificação, coleta, compilação de informações sobre a população negra, com vistas à formulação de políticas públicas de Estado [...]”; “Edição de livros e de materiais didáticos, para diferentes níveis e modalidades de ensino, que atendam ao disposto neste parecer, em cumprimento ao disposto no Art. 26-A da LDB, [...]” (BRASIL, 2004a); apenas para citar alguns dos muitos itens do parecer.

Vale ainda ressaltar que o Art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu parágrafo 2º, cita a Literatura como uma das áreas que deverá abordar ou “ministrar” conteúdos “referentes à História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 1996).

Esses parênteses para falar sobre a Lei no 10.639 e seus desdobramentos têm por objetivo frisar que a inserção da Literatura Afro-brasileira é urgente e tardio. Se pensarmos a sua publicação, já se vão 15 anos, e se levarmos em conta a luta do povo negro por reconhecimento de sua efetiva participação na história e cultura brasileira teremos centenas de anos. Portanto, ao reforçar a importância da formação inicial e continuada, queremos pontuar o descaso com a Literatura Afro-brasileira e a importância da inserção desse conteúdo nos diferentes níveis de educação.

O terceiro e último ponto, traz depoimentos das/os professores/as retirados do relatório elaborado para conclusão da formação e das respostas dadas ao questionário de avaliação da formação. Dos depoimentos colhidos nos relatórios solicitados aos cursistas como requisito para conclusão da formação, destacamos:

*A leitura do conto “A escrava” aguçou a curiosidade dos alunos e alguns ficaram emocionados em*

*alguns trechos. Descreveram o texto como "rico e emocionante". "A gente consegue enxergar a realidade dos escravos na época do Romantismo, coisa que é muito difícil no romance de Bernardo Guimarães". (Professor D).*

*Acredito que o objetivo proposto de conhecer quem foi Maria Firmina dos Reis e sua importância para a história de nossa literatura foi alcançado. Ela foi nossa "estrela além do tempo" e os estudantes, também, conheceram o que é a literatura afro-brasileira, pois até eu, infelizmente, não tinha conhecimento nem da autora e nem do conceito. Com certeza, a partir de 2018, Maria Firmina será estudada na prosa romântica brasileira.. (Professora E).*

No que se refere às avaliações do curso, apresentamos uma síntese dos comentários das/os cursistas ao responderem o item "Auto-avaliação (dificuldades, aprendizagens: pessoais e/ou profissionais etc.)":

*A possibilidade de trabalhar esses conteúdos com os alunos;  
Aprendizado de conceitos e informações que auxiliaram no pessoal e no profissional;  
Importância de espaços de formação, pois abrem possibilidades para novos conhecimentos;  
Crescimento pessoal, várias novas informações recebidas;  
O resultado positivo da formação no cotidiano das/os cursistas e suas/seus alunas/os;  
Mais segurança em tratar a temática na sala de aula.*

Destacamos o comentário do Professor F:

*Aproveitei cada momento do curso, tomei nota de cada teórico citado,*

*salvei cada texto e outros materiais enviados, e tenho certeza que minhas aulas não serão mais as mesmas, (espero que os meus alunos também não). Dificuldades que tive: trânsito conturbado. Caso aconteça o módulo II, desejo participar; [...].*

Acreditamos que a síntese dos depoimentos, bem como o comentário do Professor F, indicam que as/os professoras/es cursistas incorporaram novos conceitos à sua prática, uma vez que se torna possível perceber uma abertura para a inserção da Literatura Afro-brasileira no conteúdo a ser ministrado em sala de aula. Acrescenta-se, também, a percepção de que as atividades oportunizaram o debate sobre o racismo entre professor/a e alunos/as e entre alunos/as.

Presumimos, ainda, que a formação foi de grande valia para todas/os participantes – ministrantes, acadêmicas pesquisadoras, cursistas –, que durante nove meses, em diálogo permanente, dentro e fora do espaço de formação, buscaram a partir da teoria e da prática provar que é possível inserir a Educação para a Relações Étnico-Raciais no currículo de Língua Portuguesa do Ensino Médio.

## ◉ Referências

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer no 003/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 maio 2004a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer no 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 2004b.

CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado; BUENDGENS, Jully Fortunato. Preconceitos na escola: sentidos e significados atribuídos pelos adolescentes no ensino médio. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 45-54, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v16n1/05.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FERNANDES, Florestan; PEREIRA, João Baptista Borges; NOGUEIRA, Oracy. A questão racial brasileira vista por três professores. Revista USP, São Paulo, n. 68, p. 168-179, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13491/15309>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

GELEDÉS. Tem racismo na escola sim. É só perguntar às crianças negras. GELEDÉS – Instituto Mulher Negra, São Paulo, 29 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/tem-racismo-na-escola-sim-e-perguntar-criancas-negras>>. Acesso em: 17 abr. 2017

## Homenagem a Luiz Gama

**Zâmbia Osório**  
PPGE/UFSC

**Suelen Amorim**  
Bolsista PET/Pedagogia - UFSC

**L**uiz Gonzaga Pinto da Gama foi um dos maiores líderes abolicionista e republicano do Brasil. Considerado herói da pátria por seus feitos em vida, nasceu em 21 de junho de 1830 em Salvador na Bahia, filho de mulher negra africana livre e de um fidalgo de origem portuguesa, cujo o nome durante sua vida escolheu não revelar. Aos sete anos de idade, no ano de 1837 perdeu contato com a mãe.

Em sua trajetória de vida passou por inúmeros conflitos, perdas e vitórias, sendo sempre notável sua capacidade e persistência frente às mazelas. Aos 10 anos de idade é vendido escravizado pelo seu pai, para saldar dívidas de jogo, na fazenda de Antônio Pereira Cardoso em 10 de novembro de 1840. Em 1847, quando aos tinha 17 anos, Luiz Gama foi alfabetizado pelo estudante Antônio Rodrigues de Araújo, que havia se hospedado na fazenda. Logo após, foge para São Paulo e lá acaba por se alistar na Força Pública da Província ou Corpo de Força da Linha de São Paulo, em



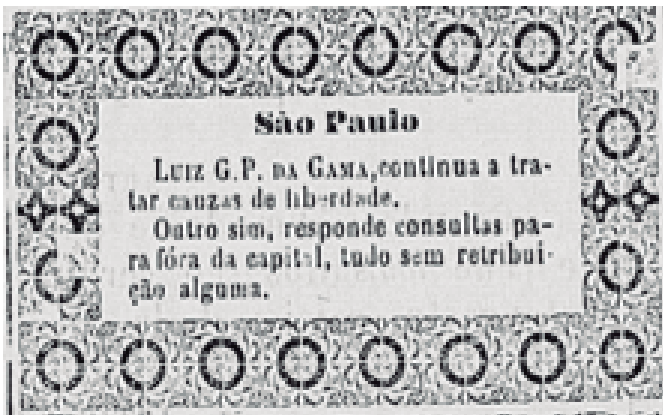
Fonte: <http://institutoluizgama.org.br/portal/>

1848, entidade na qual se graduou cabo da esquadra e permaneceu até o ano de 1854, sendo exonerado por insubordinação ao responder ao insulto de um oficial.

Em 1850, casou-se e tentou frequentar o Curso de Direito do Largo do São Francisco – hoje denominada Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Por ser negro, enfrentou a hostilidade de professores e alunos, mas persistiu como ouvinte das aulas. Não concluiu



o curso, mas o conhecimento adquirido permitiu que atuasse na defesa jurídica de negros escravizados, tornando-se um Republicano e Abolicionista. Estima-se que tenha ajudado a libertar de 500 a mil escravizados.



Fonte: Correio Paulistano (São Paulo) - 1 de março de 1870.

Teve notável destaque como jornalista e colaborador de diversos periódicos progressistas. Em 1859, publica o livro de poesias, *Primeiras Trovas Burlescas*, trazendo-lhe lugar de destaque na história da Literatura Brasileira, inaugurando uma veia satírica ao gênero. Atualmente é reconhecido como um dos grandes representantes da segunda geração do romantismo brasileiro, mas na época enfrentou a oposição dos acadêmicos conservadores.

Luiz Gama faleceu no dia 24 de agosto de 1882 e foi sepultado no Cemitério da Consolação, em São Paulo, na presença de 3.000 pessoas, mostrando a sua notoriedade. Em reconhecimento aos seus feitos foram sancionadas duas Leis que o homenageiam, as quais é considerado o “advogado dos escravos” durante o período colonial, a saber: a Lei no 13.629, de 2018, que declara Luiz Gama como Patrono da Abolição da Escravidão do Brasil (BRASIL, 2018a); a Lei no 13.628, também de 2018, que inscreve o abolicionista no *Livro de Heróis e Heroínas da Pátria*, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília. Os idealizadores das Leis afirmam que Luiz Gama é um dos principais ícones da luta abolicionista no Brasil e que suas ações nos tribunais ajudaram centenas de pessoas mantidas ilegalmente na escravidão a serem libertadas.

Apresentamos um trecho do poema “Minha mãe”, publicado pela primeira vez em 1859, no livro *Primeiras Trovas Burlescas De Getulino*:

*Era mui bela e formosa,  
Era a mais linda pretinha,  
Da adusta Líbia rainha,  
E no Brasil pobre escrava!  
Oh, que saudades que eu tenho  
Dos seus mimosos carinhos,  
Quando c’os tenros Filhinhos  
Ela sorrindo brincava.*

*Éramos dois – seus cuidados,  
Sonhos de sua alma bela;  
Ela a palmeira singela,  
Na fulva areia nascida.  
Nos roliços braços de ébano.  
De amor o fruto apertava,  
E à nossa boca juntava  
Um beijo seu, que era a vida.*

## ◉ Referências

BRASIL. Lei no 13.629, de 16 de janeiro de 2018. Declara o advogado Luiz Gama Patrono da Abolição da Escravidão do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jan. 2018a.

BRASIL. Lei no 13.628, de 16 de janeiro de 2018. Inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Luís Gonzaga Pinto da Gama - Luiz Gama. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jan. 2018b.

GAMA, Luiz. *Primeiras trovas burlescas de getulino*. Disponível em: <<http://www.quilombhoje2.com.br/trovasluisgama.pdf>>.

# Entrevista com o professor Eduardo Assis Duarte



**Juliana Zimmermann**  
Bolsista PET/Pedagogia - UFSC

**Tatiana Valentin Mina Bernardi**  
PPGE/UFSC

**Eliane Debus**  
UFSC

**Abiodum:** Professor Eduardo, um dos motivos para convidá-lo para nos conceder esta entrevista foi justamente o fato de que, em novembro de 2017, você esteve no encerramento da formação continuada “O ensino da literatura afro-brasileira no Ensino Médio: Projeto de formação continuada para professores de Língua Portuguesa da região da Grande Florianópolis”, ação conjunta ao evento Enegrecer na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis. Durante a palestra foram abordados assuntos como: literatura e alteridade; Literatura Afro-brasileira; romance, história e sociedade no contexto educacional, entre outros temas. Desse modo, retomaremos algumas discussões para esta edição do *Abiodum*. Inicialmente gostaríamos que você comentasse um pouco sobre sua trajetória acadêmica e seu interesse pela Literatura Brasileira e Afro-brasileira.

**Eduardo Assis Duarte:** Bem, entrei na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1970, no auge da ditadura de 1964. Concluí Letras em 1973 e, já no ano seguinte, cursava mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio). Fui orientando de Silvano Santiago, que me apresentou Derrida e toda a teoria da desconstrução. Sou, portanto, oriundo desse momento histórico, em que se questionam as verdades da metafísica ocidental, no âmbito do que depois veio a ser chama-

do de “quebra de paradigmas”, entre outras expressões similares. Ao lado do feminismo, a desconstrução me abriu perspectivas para além da “Literatura” entendida apenas como *Belles Letres...* e me apontou os caminhos das “Falas do Outro” – de todos os excluídos do cânone e da chamada “alta literatura”. No doutorado, trabalhei os romances engajados de Jorge Amado, com seus heróis saídos das classes populares. E, desde a década passada, pesquisei a Literatura Afro-brasileira, onde o negro é personagem, sim, mas toma para si a instância da autoria. Tudo isso por entender que o cânone deve ser questionado e que a história de nossa literatura precisa ser refeita, a fim de contemplar também as margens.

**Abiodum:** Na edição número 10 do *Abiodum* homenageamos a escritora Maria Firmina dos Reis e nesta edição vamos homenagear Luiz Gama. Em sua opinião, qual a importância desses autores para a literatura brasileira?

**Eduardo Assis Duarte:** São dois precursores da maior relevância não só para a vertente afro, mas para a Literatura Brasileira *tout court*. Firmina está séculos à frente de seu tempo e Luiz Gama antecipa posturas que só iremos encontrar na literatura negra dos séculos XX e XXI. Dados parciais de pesquisa em andamento apontam Maria Firmina como a primeira romancista negra da América Latina. E, ao se declarar “Orfeu de Carapinha”, Luiz Gama torna-se o primeiro escritor afro-brasileiro a assumir sua negritude.

**Abiodum:** Em sua opinião, como a Literatura Afro-brasileira pode ser um recurso de crítica e de reflexão para professores e alunos das escolas na atualidade?

**Eduardo Assis Duarte:** Penso que toda literatura dialoga de uma forma ou de outra com seu tempo e seu país, como já apontava Machado de Assis no século XIX. Desse ponto de vista, toda boa leitura é válida e pode levar à reflexão. A reflexão e a formação do espírito crítico são deveres sagrados da escola e do educador. No caso da Literatura Afro-brasileira, esta disponibiliza textos preciosos em termos de construção literária e, ao mesmo tempo, da maior relevância quanto ao incremento da reflexão sobre o país em que vivemos. E sem deixar de priorizar o fator estético, engendra contos, romances, poemas e peças teatrais que põem a nu a discriminação e o racismo oriundos do nosso passado escravocrata. Contos como “Lembrança das lições”, de Cuti, ou “Maria”, de Conceição Evaristo, entre muitos outros, devem ser levados às salas de aula, tanto de Português quanto de História do Brasil.

**Abiodum:** Em entrevista dada ao programa Interconexão Brasil (Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qvbuml6l408>>), você afirma que os autores negros brasileiros são mais estudados em universidades do exterior do que em universidades brasileiras. No seu ponto de vista, por que isso acontece?

**Eduardo Assis Duarte:** Isso acontece devido à pobreza de nosso meio intelectual e acadêmico, encastelado nos padrões consagrados e sem ousadia para buscar as falas do Outro. Hoje, há professores de Literatura Brasileira dos cursos de Letras que adotam com seus alunos os mesmos manuais de História da Literatura em que eles próprios estudaram décadas atrás. E adotam os mesmos autores canônicos de sempre! A Literatura Afro-brasileira – ou vertente afro da Literatura Brasileira, tanto faz – só se consolida enquanto corrente de produ-

ção literária a partir dos anos 1980... E já naquele momento, pesquisadores estrangeiros, mais atentos ao fenômeno desde seus países e mais abertos à escuta das margens, vêm acompanhando o crescimento e estudando essa produção. Nesse campo, Roger Bastide destaca-se como precursor.

**Abiodum:** A partir de livros de sua autoria, percebemos que a sua opção é a Literatura Afro-brasileira, existe algum motivo para que haja essa preferência em seus escritos? E quais as características da Literatura Afro-brasileira?

**Eduardo Assis Duarte:** Aqui são duas perguntas... Minha opção de pesquisa pela vertente afro se vincula ao meu lugar de fala, conforme dito acima. É o que considero mais relevante para o conhecimento da produção literária brasileira contemporânea. Nosso tempo requer a construção de uma nova história da Literatura Brasileira, que contemple as mulheres (são centenas publicando desde o século XIX sem constarem dos manuais), os afrodescendentes e demais falas vindas da periferia da cidade das letras. Quanto aos eixos configuradores de uma produção considerada afro-brasileira, destaco: o tema, a autoria, o ponto de vista, a linguagem e o público. Desenvolvo cada um desses tópicos em meu artigo “Por um conceito de literatura afro-brasileira”, que está disponível em: <[www.letras.ufmg.br/literafro](http://www.letras.ufmg.br/literafro)>.

**Abiodum:** Muitas escritoras e muitos escritores de Literatura Afro-brasileira não têm o livro impresso como forma de veicular suas produções. Assim, como você vê as estratégias criadas por eles para publicar?

**Eduardo Assis Duarte:** Isso requer uma criatividade e um esforço imensos. A história do livro afro-brasileiro também precisa ser contada. O que tem se repetido é a constituição de pequenas casas editoriais – e isso desde Paula Brito, no século XIX – até a velha saída que é a autoedição. O grupo Quilombhoje Literatura é um exemplo, edita a série *Cadernos Negros* há 40

anos. A cada ano, o coletivo publica uma antologia de contos ou de poemas selecionados por uma comissão e os próprios autores e autoras se cotizam e pagam a publicação. A autoedição sempre existiu e se constitui em alternativa cada vez mais forte num mercado diversificado e multifacetado como o dos dias de hoje, apesar de toda a padronização inerente à indústria cultural. Nesse contexto, para onde vai a autora ou o autor, lá vão também seus livros para vender, da mesma forma como faz há séculos o poeta de cordel. Por outro lado, temos a internet, com múltiplas possibilidades de divulgação; e temos a permanência cada vez mais forte da oralidade, manifestada nos jovens do *Rap* e do *Slam*. Do microfone ao livro pode ser um pulo ou um salto, a depender da energia e capacidade de quem sobe no palco. A cena recente tem revelado um trânsito interessante entre a nova oralidade expressa nos saraus de poesia espalhados por todo o país, nos *Slams* e “Duelos de MCs” e a literatura impressa. Para Roland Barthes, literatura é tudo aquilo que é instituído e definido como tal. Portanto, do Cordel ao *Slam*, a herança da literatura oral pede passagem. Enfim, eles estão desconstruindo o senso comum de que literatura é só aquilo que está impresso em livro, estão questionando o velho conceito de *Belles Letres* do século XVIII. E questionam também as concepções eurocêntricas de “arte pela arte”, calcadas no idealismo kantiano, que prescrevia a “finalidade sem fim” da obra de arte.

**Abiodum:** Na sua antologia crítica, *Literatura e Afrodescendência no Brasil*, lemos sobre outras interpretações sobre o que significa e como nomear essa produção literária feita por mãos negras, essa multiplicidade é encarada de que forma por você?

**Eduardo Assis Duarte:** A antologia não é só minha, se não houvesse a colaboração de dezenas de pesquisadores de universidades de todas as regiões do país e do exterior, talvez ainda não estivesse concluída. É um trabalho coletivo, que traz em quatro volumes estudos e excertos de 100 autoras e autores afro-brasi-

leiros do século XVIII ao XXI. A coleção não tem absolutamente a veleidade de impor uma doxa, uma verdade única. Reúne múltiplos olhares sobre múltiplos autores, autoras e textos. Vem para alimentar o debate em torno dessa produção. Digo sempre que a Literatura Afro-brasileira é um “conceito em construção”, ou seja, em discussão. Isso no plano da crítica, da recepção. Já no que toca à produção de autoria negra, não há o que duvidar: é intensa e crescente, e não começou agora, tem história. A “construção” é debate acadêmico e problema para nós, críticos e educadores. Não prática, os livros estão aí, acumulam-se e comprovam que o negro sempre falou e, quando conseguiu, publicou. Cabe à crítica e à historiografia literárias “ver com olhos livres”. Talvez este seja um dos sentidos dessa pesquisa.

**Abiodum:** Como você vê a inserção da Literatura Afro-brasileira no mercado editorial brasileiro nos últimos anos?

**Eduardo Assis Duarte:** É crescente, mas é um crescimento relativo. Manifestou-se, sobretudo, nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), através das determinações decorrentes da Lei no 10.639. E, principalmente, nos segmentos infantil e infantojuvenil. Tivemos um verdadeiro *boom* nesse campo, impulsionado por maciças compras governamentais destinadas às escolas e bibliotecas públicas. O poder público, em suas instâncias federal, estadual e municipal, vinha sendo o grande comprador de livros no Brasil. Com a lei e a obrigatoriedade de adoção da temática afro – história e cultura africanas e afro-brasileiras – em todas as escolas, a começar pelas públicas, houve um grande investimento nos segmentos infantil e juvenil. A partir de 2016, porém, essa política passou a sofrer pesados golpes, decorrentes dos seguidos cortes de verbas. Vivemos, portanto, um retrocesso nesse campo. Salvo brilhantes exceções, como Conceição Evaristo e, ainda de forma incipiente, mas com grande potencial de crescimento, Maria Firmina dos Reis, a grande maioria dos livros afro-brasileiros continua fora do *mainstream*.